

DELIMITAÇÕES ESTRATÉGICAS DA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA: EIXO I DO PLANO DANT

STRATEGIC BOUNDARIES OF BRAZILIAN PUBLIC HEALTH: AXIS I OF THE DANT PLAN

DELIMITACIONES ESTRATÉGICAS DE LA SALUD PÚBLICA BRASILEÑA: EJE I DEL PLAN DANT

Dante Ogassavara
Amanda Azevedo de Carvalho
Jeniffer Ferreira-Costa
Thais da Silva-Ferreira
Patricia Costa Lima Tierno
José Maria Montiel

Resumo

A promoção da saúde é indissociável da complexidade dos cenários sanitários e dos determinantes sociais. Observa-se a crescente demanda por cuidados relacionados às Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), o que se torna ainda mais evidente com o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil para o período de 2021 a 2030 – o Plano DANT. Nesse contexto, estabeleceu-se como objetivo identificar as prerrogativas presentes nas diretrizes do Plano DANT. Para tanto, foi realizada uma análise documental, a partir da abordagem do eixo de Promoção da Saúde, permitindo a análise de conteúdo do plano. Foram identificadas categorias amplas, que abrangem questões relacionadas à comunicação do conhecimento com rigor técnico-científico, bem como ao fortalecimento das conjunturas assistenciais, educacionais e informacionais, por meio do desenvolvimento tecnológico e político dos recursos e da infraestrutura no campo da saúde. Destaca-se a importância das disposições nacionais na área da saúde, que ressaltam a necessidade de estratégias interdisciplinares para promover o bem-estar físico, psicológico e sociocultural dos cidadãos.

Palavras-chave: saúde; vulnerabilidade; políticas públicas.

Abstract

Health promotion is inseparable from the complexity of sanitary settings and social determinants. There is a growing demand for care related to Non-communicable Diseases (NCDs), which becomes even more evident with the Strategic Action Plan for Addressing Chronic Diseases and Non-communicable Diseases in Brazil for the period 2021-2030 – the NCD Plan. In this context, the objective was set to identify the key elements present in the guidelines of this plan. To achieve this, a documental analysis was conducted based on the Health Promotion axis, enabling a content analysis of the plan. Broad categories were identified, addressing issues related to the communication of knowledge with technical-scientific rigor, as well as the strengthening of healthcare, educational, and informational frameworks through the technological and political development of resources and infrastructure in the health field. The importance of national provisions in the health sector is highlighted, emphasizing the need for interdisciplinary strategies to promote the physical, psychological, and sociocultural well-being of citizens.

Keywords: health; vulnerability; public policies.

Resumen

La promoción de la salud es indivisible de la complejidad de los escenarios sanitarios y de los determinantes sociales. Se observa una creciente demanda de atención relacionada con las Enfermedades y Agravios No Transmisibles (EANT), lo que se hace aún más evidente con el Plan de Acciones Estratégicas para el Enfrentamiento de las Enfermedades Crónicas y Agravios No Transmisibles en Brasil para el período de 2021 a 2030 – el Plan EANT. En este contexto, se estableció como objetivo identificar las prerrogativas presentes en las

directrices de dicho plan. Para ello, se realizó un análisis documental desde el enfoque del eje de Promoción de la Salud, permitiendo el análisis de contenido del plan. Se identificaron categorías amplias que abarcan cuestiones relacionadas con la comunicación del conocimiento con rigor técnico-científico, así como el fortalecimiento de los marcos asistenciales, educativos e informativos, a través del desarrollo tecnológico y político de los recursos e infraestructura en el ámbito de la salud. Se destaca la importancia de las disposiciones nacionales en el campo de la salud, que subrayan la necesidad de estrategias interdisciplinarias para promover el bienestar físico, psicológico y sociocultural de los ciudadanos.

Palabras clave: salud; vulnerabilidad; políticas públicas.

1 Introdução

Ao abordar as condições contextuais para a manutenção e promoção da saúde, é oportuno considerar a complexidade inerente à formação dos cenários sanitários, haja vista que a saúde da população pode ser entendida como uma condição resultante do efeito conjunto das determinantes sociais de saúde. Essas determinantes são caracterizadas como fatores contextuais e individuais que influenciam as estruturas relacionadas às atividades cotidianas de vida e trabalho, abrangendo aspectos socioculturais, comportamentais e psicológicos. Nesse sentido, destaca-se que as diferenças entre subgrupos populacionais não podem ser explicadas unicamente por especificidades individuais, considerando que essas diferenças são amplamente influenciadas por elementos contextuais (Buss; Pellegrini Filho, 2007).

Com o objetivo de adotar uma perspectiva ampla acerca da saúde e de seus determinantes sociais, destaca-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, que vai além da mera ausência de doenças ou outros acometimentos. Em consonância com essa visão, as determinantes sociais de saúde são compreendidas como fatores socioeconômicos, ambientais e pessoais que moldam as condições de vida e impactam diretamente a expectativa de vida dos indivíduos e das populações em diferentes contextos.

Entre as demandas emergentes nas sociedades contemporâneas, é importante mencionar que, em 2019, as Doenças Não Transmissíveis (DNT) foram responsáveis por 74% das mortes globais. Observa-se que a prevalência dessas doenças continua crescendo de forma significativa em todo o mundo, abrangendo condições como doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e doenças pulmonares crônicas (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020).

Sob uma perspectiva teórica mais ampla, as Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT) incluem, principalmente, doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, neoplasias e diabetes mellitus, além de causas externas, como acidentes e episódios de violência (Malta; Silva, 2018). Nesse contexto, um desafio relevante é aprimorar a comunicação entre a população e o sistema de saúde. Comunicação, aqui, é entendida como o processo de

transmissão ou troca de informações que exige a construção compartilhada de significados entre os participantes. Em um cenário marcado pela crescente influência das redes sociais e plataformas digitais, destaca-se a importância de estabelecer parcerias com líderes comunitários para fomentar discussões relevantes e engajadoras sobre as DANT.

No Brasil, as diretrizes prospectivas para a saúde pública foram consolidadas no Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027 (Brasil, 2024), que enfatiza a implementação de práticas preventivas em relação a doenças e agravos, concomitantes à redução de desigualdades sociodemográficas. Assim, busca-se mitigar as vulnerabilidades sociais, compreendidas como condições associadas ao aumento do risco de agravos devido à precariedade de recursos e oportunidades disponíveis em determinados contextos sociais (Carmo; Guizardi, 2018).

Diante da crescente demanda por abordagens voltadas ao enfrentamento das DANT, o governo brasileiro elaborou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil para o período de 2021 a 2030 – o Plano DANT (Brasil, 2021). Com isso, esta investigação teve como ponto de partida o seguinte problema de pesquisa: “Como as disposições e propostas do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis podem contribuir para a sociedade brasileira?”. Nesse contexto, estabeleceu-se como objetivo identificar as prerrogativas presentes nas diretrizes do Plano DANT.

2 Método

O delineamento de pesquisa adotou um caráter qualitativo, voltado para a identificação de fatores contextuais e para a articulação teórica com as contribuições presentes na literatura, a fim de aprofundar a temática investigada e alcançar maior coerência e abrangência na discussão (Busetto; Wick; Gumbinger, 2020). O desenho do estudo pode ser classificado, de acordo com o objetivo estabelecido, como um delineamento de pesquisa descritivo, uma vez que se concentrou no registro e na interpretação de dados, sem realizar qualquer tipo de análise correlacional ou experimental. Além disso, o delineamento de pesquisa é entendido como transversal, pois propôs a investigação de objetos de pesquisa sob um enquadramento temporal único, sem o acompanhamento de movimentos ou fenômenos ao longo do tempo (Ogassavara *et al.*, 2023).

Considerando os procedimentos delimitados, o modelo investigativo proposto é caracterizado como uma pesquisa documental, pois utilizou documentos como fontes de informação secundária para acessar e analisar os objetos de pesquisa (Gil, 2002). Dessa forma,

a pesquisa fez uso de processos de documentação por fontes secundárias, com o objetivo de produzir um documento terciário, organizando os conteúdos presentes no documento analisado sob uma ótica técnico-científica (Briet, 2016). A análise focou diretamente no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis, a fim de compreender as perspectivas prospectivas nacionais para o enfrentamento das DANT.

O documento em questão apresenta um total de 55 ações distribuídas entre quatro eixos: promoção da saúde (16 ações), atenção integral à saúde (15 ações), vigilância em saúde (20 ações) e prevenção de doenças e agravos à saúde (4 ações). A presente pesquisa abordou especificamente o eixo de Promoção da Saúde, com o intuito de discutir as metas estabelecidas.

As informações apresentadas no eixo analisado foram submetidas a técnicas de análise de conteúdo e organizadas em categorias temáticas, as quais foram discutidas de maneira minuciosa (Bardin, 1977). As categorias temáticas formadas foram: comunicação em saúde, equipamentos e dispositivos de saúde, educação em saúde e capacitação de profissionais, pesquisa em saúde e políticas colaborativas.

3 Resultados e discussão

Ao analisar as ações estabelecidas no eixo de promoção da saúde do Plano DANT, foram formadas categorias amplas que abrangem questões relacionadas à comunicação do conhecimento com rigor técnico-científico, assim como ao fortalecimento das conjunturas assistenciais, educacionais e informacionais, por meio do desenvolvimento tecnológico e político dos recursos e da infraestrutura no campo da saúde. Essa distribuição pode ser visualizada na Quadro 1.

Quadro 1 - Distribuição das 16 ações do Eixo I entre as categorias temáticas

Categoria 1 – Comunicação em saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar plano de comunicação para a população, estabelecendo canais de comunicação com influenciadores digitais, blogueiros e vlogueiros para pautar discussões, contemplando todos os ciclos de vida e relacionando os seguintes temas com a promoção da saúde e a prevenção de doenças crônicas, violências e acidentes. • Articular com canais de TV estatais a produção e a veiculação de programas com os temas do Plano de Doenças e Agravos não Transmissíveis (Dant). • Disseminar informações e recomendações para que as cidades usem áreas urbanas e planejamento de transporte, com políticas de mobilidade.
Categoria 2 – Equipamentos e Dispositivos de Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ferramentas digitais para promoção do autocuidado em doenças crônicas, incluindo a obesidade, e de hábitos de vida saudáveis considerando a alimentação adequada e saudável e a prática de atividade física. • Estimular o desenvolvimento de programas de promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis no setor de saúde suplementar em articulação com a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

<ul style="list-style-type: none"> Promover ações de promoção em saúde e segurança no trabalho considerando intervenções nos fatores de risco ocupacionais, priorizando grupos de trabalhadores mais vulneráveis.
Categoria 3 – Educação em Saúde e Capacitação de Profissionais
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e disponibilizar para a rede e ensino da educação básica, itinerários formativos sobre prevenção das DCNT e dos agravos, da promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável.
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e implementar conjunto de iniciativas de Educação Permanente em Saúde (EPS), considerando demandas apontadas pelas áreas técnicas do Ministério da Saúde, por estados, Distrito federal e municípios, voltadas à formação dos profissionais do Sistema Único de Saúde, incluindo os níveis médio e técnico para análise, abordagem, cuidado e prevenção dos fatores de risco para as Dant.
<ul style="list-style-type: none"> Formar e qualificar profissionais de saúde e sociedade civil para desenho e implantação de cidades/territórios inteligentes, saudáveis e sustentáveis
Categoria 4 – Pesquisa em Saúde
<ul style="list-style-type: none"> Implementar iniciativas de mensuração de impacto na mudança de comportamento da população em relação às Dant.
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a realização de estudos avaliativos sobre efetividade das ações e programas de promoção da saúde na Atenção Primária à Saúde (APS), incluindo ações voltadas a grupos de maior vulnerabilidade para DCNT e a obesidade.
Categoria 5 – Políticas Colaborativas
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer parcerias com o setor privado para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde, saúde mental, segurança no trabalho e prevenção das DCNT para os trabalhadores e empregadores.
<ul style="list-style-type: none"> Articular com a iniciativa privada, a sociedade civil e o terceiro setor projetos de baixo custo, de fácil aplicação e de alta efetividade para aumento da prática de atividade física, redução da poluição do ar e de acidentes de trabalho e de trânsito, promoção da saúde mental, prevenção de violências e das DCNT para disponibilizar para estados, Distrito Federal e municípios.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar e pactuar termos de um código de ética e conduta para as parcerias público-privadas relativas ao desenvolvimento de iniciativas de promoção da saúde e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis.
<ul style="list-style-type: none"> Propor e desenvolver uma proposta de Convenção-Quadro para prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis para a América do Sul.
<ul style="list-style-type: none"> Promover a Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos estados, no Distrito Federal e nos municípios na perspectiva de estruturação de processos de planejamento e monitoramento locais.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

3.1 Comunicação em saúde

Algumas das ações propostas para a promoção da saúde no eixo em questão abordam conceitos relacionados à comunicação no campo da saúde, reconhecendo que a qualidade da comunicação é fundamental para a transmissão eficaz de informações. Ao tratar de conteúdos relacionados à saúde, frequentemente observam-se ruídos na comunicação, muitas vezes explicados pelo uso inadequado de termos médicos ao dialogar com pacientes ou outros beneficiários (Martins *et al.*, 2019).

Nesse contexto, a comunicação em saúde voltada à população em geral, com o objetivo de conscientizar e disseminar informações relevantes, pode ser considerada uma forma de marketing de saúde. Isso envolve o uso de técnicas tradicionais de marketing e estratégias de levantamento de dados direcionadas à promoção da saúde, divulgando os benefícios de produtos e serviços de saúde (Parkinson; Davey, 2023).

Considerando as propostas apresentadas, observa-se que a colaboração com figuras comunitárias, tanto em meios digitais quanto por veículos de comunicação tradicionais, pode

potencializar a disseminação de informações essenciais, promovendo a saúde e prevenindo doenças crônicas, violências e acidentes. Além disso, dentro da premissa de divulgar informações sobre a preservação da saúde, destaca-se a ocupação consciente dos espaços como uma questão relevante para a construção colaborativa de cidades sustentáveis, a promoção da saúde ocupacional, a prática do autocuidado, a preservação dos recursos naturais e a manutenção da saúde mental (Fernandes; Calado; Araujo, 2018).

3.2 Equipamentos e dispositivos de saúde

Dentre as ações propostas no eixo de promoção da saúde do Plano DANT, destaca-se o desenvolvimento de equipamentos e dispositivos de saúde voltados à população, com foco na articulação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Esses recursos têm como objetivo aprimorar a infraestrutura de atendimento, prevenção e intervenção, abordando elementos relacionados ao estilo de vida e ao autocuidado frente aos riscos cotidianos e ocupacionais.

As TIC são reconhecidas como ferramentas eficazes para a troca de informações entre o sistema de saúde e a população, exemplificadas pelo Programa Nacional de Telessaúde Brasil e pela Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). Além disso, a Rede Universitária de Telemedicina (RUT) integra o movimento de modernização e integração tecnológica no setor de saúde no Brasil, fazendo parte do Programa Nacional de Telessaúde Brasil Redes. Esse programa contribui para a melhoria do atendimento e da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de teleassistência e teleeducação (Ferraz *et al.*, 2012).

A discussão sobre a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais em diversos contextos tende a promover uma maior conscientização e a adoção de medidas preventivas tanto por parte dos trabalhadores quanto dos empregadores. As doenças ocupacionais estão diretamente relacionadas às condições de trabalho e ao ambiente ao qual o indivíduo está exposto. Muitas vezes, essas condições são inevitáveis devido à exposição prolongada a atividades específicas ou a ambientes de trabalho prejudiciais. A ginástica laboral, por sua vez, tem se consolidado como uma estratégia eficaz para a prevenção de danos, uma vez que busca não apenas aumentar a disposição e a motivação dos funcionários, mas também reduzir dores e tensões musculares, melhorar a interação e o trabalho em equipe, fortalecer a força, resistência e velocidade, e promover um aprimoramento integral da saúde, abrangendo aspectos sociais, físicos, mentais e espirituais (Mendes; Leite, 2004).

3.3 Educação em saúde e capacitação de profissionais

O empoderamento e a formação dos indivíduos são abordados sob duas perspectivas no eixo de promoção da saúde: com foco na educação da população e na capacitação dos profissionais de saúde. No que diz respeito à educação em saúde, destaca-se que ela envolve o conjunto de conhecimentos e competências adquiridos ao longo da vida, por meio de atividades cotidianas, como interações sociais e vivências diversas, que fundamentam a capacidade individual de acessar, compreender, avaliar e utilizar informações e serviços voltados à manutenção e promoção da saúde, tanto no nível individual quanto coletivo (OMS, 2021).

A educação básica desempenha um papel crucial na formação de valores e comportamentos que influenciam diretamente a saúde e o bem-estar das futuras gerações. A crescente prevalência das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como diabetes, hipertensão e obesidade, tem sido uma preocupação global, e a escola é um espaço privilegiado para promover hábitos de vida saudáveis desde cedo. Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável, cada vez mais presente nas agendas educacionais, exige a integração de práticas sustentáveis ao currículo escolar. Para isso, foram criados itinerários formativos, a serem integrados de forma transversal ao currículo escolar, abordando temas em disciplinas como Ciências, Educação Física e Geografia. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam a interconexão entre saúde, comportamento e meio ambiente, incentivando a aplicação prática do conhecimento adquirido (Brasil, 2014; OMS, 2013).

A prática da educação em saúde é uma atividade que requer atenção especial tanto dos estudantes quanto dos profissionais da área da saúde. Devido à sua relevância, deve ser reconhecida como um componente essencial na prevenção de doenças e promoção da saúde, com ênfase na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e na promoção da saúde dos usuários (Bomfim *et al.*, 2015).

Ao considerar a diversidade de competências envolvidas na educação em saúde, é imprescindível ressaltar a importância da formação de profissionais qualificados para atuar no setor da saúde pública. Dado o desafio de um sistema de saúde que exige profissionais competentes, capazes de desenvolver iniciativas que atendam às necessidades emergentes, o Ministério da Saúde instituiu as Políticas Nacionais de Educação Permanente em Saúde (Brasil, 2004). O objetivo central dessas políticas é garantir que os profissionais de saúde estejam continuamente capacitados para enfrentar as dificuldades do sistema e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

No contexto da educação e formação profissional, um dos principais desafios identificados na formação continuada de professores é a introdução de estratégias educacionais eficazes para abordar temas relacionados à saúde e à sustentabilidade social. Nesse sentido, a realização de trabalhos de maneira interdisciplinar e o uso de metodologias ativas de ensino, como projetos e problematização, têm se mostrado potenciais para o sucesso da implementação (UNESCO, 2023).

Alinhado ao fortalecimento da infraestrutura nacional para os setores da educação e da saúde, destaca-se que a Rute funciona como um dispositivo educacional, promovendo o acesso dos profissionais de saúde a atividades de capacitação contínua. Esse modelo de educação permanente, aliado à telemedicina, amplia o alcance e a qualidade dos serviços de saúde, permitindo uma melhor distribuição do conhecimento e das práticas de saúde em todo o país (UNESCO, 2023). Além disso, o ensino permanente em saúde é um fator fundamental para os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sendo uma estratégia essencial para atender melhor às demandas da população, como a qualidade da atenção à saúde da pessoa idosa, por meio de comunicação adequada e resoluções clínicas das equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF) (Brasil, 2014).

3.4 Pesquisa em saúde

Com o intuito de promover a saúde da população no território brasileiro, propõe-se o estabelecimento de indicadores e técnicas para mensurar a mudança comportamental da população em relação às DANT, bem como a realização de estudos para avaliar a efetividade das ações propostas, especialmente no que se refere às medidas voltadas a grupos vulneráveis, como no caso das DCNT e da obesidade. Essas questões estão em consonância com a disposição constitucional (Brasil, 1988), que determina que a prática científica seja utilizada para identificar fenômenos emergentes no território e desenvolver soluções para os problemas enfrentados pela população.

Considerando a vastidão do território brasileiro e sua diversidade, destaca-se que as TIC e as ferramentas digitais ganham relevância ainda maior, dado que cerca de metade da população mundial reside em áreas rurais, que tendem a apresentar menor acesso aos serviços de saúde e condições de salubridade inferiores em comparação com as áreas urbanas. Nesse contexto, comprehende-se que o levantamento de dados no âmbito da APS é essencial para a melhoria da qualidade de vida nas comunidades atendidas, uma vez que a APS frequentemente constitui o único recurso de acesso à saúde em regiões remotas e rurais (Wonca, 2013).

3.5 Políticas colaborativas

As ações dispostas no eixo relativo à promoção da saúde também abrangem a elaboração de políticas colaborativas entre os setores público e privado, bem como direcionadas à colaboração internacional, com ênfase na aproximação dos ideais de sustentabilidade. Essas ações têm como premissa a formação de parcerias público-privadas para a implementação de propostas interventivas, sendo relevante destacar que questões relacionadas à prática de comportamentos de risco, como a alimentação inadequada, o tabagismo e o consumo de álcool, são temas recorrentes ao se tratar da saúde da população. Nesse contexto, a promoção de discussões e reflexões sobre esses assuntos intensifica o impacto da APS, especialmente para aqueles que dependem desses cuidados. Tais discussões podem incentivar a adoção de comportamentos mais conscientes e a defesa de políticas públicas que promovam a paz e a sustentabilidade, colaborando para a redução de danos à saúde da população-alvo (Souza; Ronzani, 2020).

Com a crescente preocupação global sobre as mudanças climáticas, é fundamental considerar a relação entre essas mudanças e a saúde pública. As propostas delineadas no Plano DANT para a sustentabilidade estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ao abordarem a promoção do bem-estar da população de diferentes faixas etárias e subsidiar a redução das desigualdades socioeconômicas (Organização das Nações Unidas [ONU], 2015).

4 Considerações finais

Ao tratar das disposições nacionais no campo da saúde, ressaltam-se as perspectivas futuras da união frente às demandas emergentes no território, com foco na preservação do bem-estar físico, psicológico e sociocultural dos cidadãos. Nesse sentido, entende-se que o sistema de saúde pública, para alcançar a qualidade de saúde populacional, necessita adotar estratégias interdisciplinares, aproveitando conhecimentos de diversas áreas para articular conceitos e integrar contribuições de diferentes campos do saber.

Observa-se que a comunicação social, as propostas educacionais, as disposições legais relacionadas à saúde pública e os equipamentos assistenciais para manutenção da saúde são vetores convergentes, também entendidos como determinantes sociais da saúde. Esses fatores condicionam as condições de vida cotidiana e de trabalho, além de atender às necessidades da população.

Salienta-se que o trabalho dos profissionais de comunicação tem o potencial de divulgar, informar e disseminar notícias de saúde pública por meio de diversos canais de comunicação, como audiovisuais e redes sociais. Além da comunicação em saúde, a educação permanente é apresentada como uma estratégia importante para fortalecer o sistema de saúde, garantindo que os profissionais estejam preparados para enfrentar as demandas complexas e em constante evolução desse setor.

Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOMFIM, A. M. A. *et al.* Recurso lúdico no processo de educação em saúde em crianças de escolas públicas de Alagoas: relato de experiência. **Interfaces -Revista de Extensão da UFMG**, v. 3, n. 1, p. 117-21, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Congresso Nacional. 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n.º 198/GM**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n.º 741**. Dispõe sobre a aprovação do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2024-2027 e outras indicações correlatas. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**: ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília; 2014.
- BRIET, S. **O que é a documentação?** Brasília: Briquet de Lemos, 2016.
- BUSSETTO, L.; WICK, W.; GUMBINGER, C. How to use and assess qualitative research methods. **Neurological Research and Practice**, v. 2, p. 14, 2020. DOI: 10.1186/s42466-020-00059-z. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC7650082/>. Acesso em: 22 out. 2025.
- BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

FERNANDES, L. de S.; CALADO, C.; ARAUJO, C. A. S. Redes sociais e práticas em saúde: influência de uma comunidade online de diabetes na adesão ao tratamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3357- 3368, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.14122018>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tvQDJJQHPxrQgdHd4mCKnHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

FERRAZ, F. *et al.* Políticas e programas de educação permanente em saúde no Brasil: revisão integrativa de literatura. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 3, n. 2, p. 113-128, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2653/265323670016.pdf>. Acesso em: 22 out. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MALTA, D. C.; SILVA, M. M. A. da. As doenças e agravos não transmissíveis, o desafio contemporâneo na Saúde Pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1350-1350, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.31552017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/P3gGPRk4kS563HB6RDXYkns/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

MARTINS, N. F. F. *et al.* Letramento funcional em saúde de pessoas idosas em uma unidade de saúde da família. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, [S. l.], v. 9, 2019. DOI: 10.19175/recom.v9i0.2937. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/2937>. Acesso em: 22 out. 2025.

MENDES, R. A.; LEITE, N. **Ginástica laboral:** princípios e aplicações práticas. [s. l.]: Editora Manole, 2004.

OGASSAVARA, D. *et al.* Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023. DOI: 10.33871/23594381.2023.21.3.7646. Disponível em: <https://periodicos.unesp.br/ensinoepesquisa/article/view/7646/5911>. Acesso em: 22 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20SustainableDevelopment%20web.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Global action plan for the prevention and control of NCDs 2013–2020. **who.int**, 14 nov. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506236>. Acesso em: 22 out. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Health promotion glossary of terms 2021. **who.int**, 6 dez. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240038349>. Acesso em: 22 out. 2025. [who.int]

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019. **OPAS/OMS**, 9 dez. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-revela-principais-causas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e>. Acesso em: 22 out. 2025.

PARKINSON, J.; DAVEY, J. The importance of health marketing and a research agenda. **Health Marketing Quarterly**, v. 40, n. 4, p. 347-351, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/07359683.2024.2271780>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/6BjjKWf6GTFnPkCQZ7Ydvnb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

SOUZA, F. É.; RONZANI, T. M. Desafios às práticas de redução de danos na atenção primária à saúde. **Psicologia em Estudo**, v. 23, p. e2306, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23.e37383>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/6BjjKWf6GTFnPkCQZ7Ydvnb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 out. 2025.

UNESCO; CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos estabelecimentos de saúde brasileiros [livro eletrônico]**: TIC Saúde 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: https://ctic.br/media/docs/publicacoes/2/20230803103100/tic_saude_2022_livroeletronico.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

WONCA. Política de qualidade e eficácia dos cuidados de saúde rural. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 15–24, 2013. DOI: 10.5712/rbmfc8(1)728. Disponível em: <https://rbmfcc.org.br/rbmfc/article/view/728>. Acesso em: 22 out. 2025.

Data de submissão: 28/11/2024

Data de aceite: 08/07/2025